



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

**DIA A DIA**

A grande fraude

Rui Pedras, administrador do BPN desde o curto consulado de Miguel Cadilhe, descreveu ontem no Parlamento o quadro do banco liderado por Oliveira e Costa: é uma “megafraude, um caso de polícia”. O administrador disse que outras entidades, que não apenas os supervisores, deveriam ter tido outra actuação: “O sistema de supervisão do grupo SLN/BPN não é só o Banco de Portugal, a CMVM, o Instituto de Seguros. Estamos a falar dos revisores oficiais de contas, dos auditores externos, dos accionistas, dos vários órgãos do grupo, do conselho fiscal, do conselho superior, do conselho de administração.”

Oliveira e Costa – e um restrito número de fiéis – conseguiu organizar uma impressionante megaburla, que pode custar aos contribuintes portugueses mais de dois mil milhões de euros, uma factura de 200 euros por cada cidadão. Mas, além do núcleo restrito, muitos deixaram fazer.

Ontem, em Londres, quatro banqueiros foram ao Parlamento pedir desculpa pelos erros que já custam aos contribuintes britânicos o equivalente a um terço do PIB português. Os banqueiros pediram humildes desculpas. Porém, no Royal Bank of Scotland, nacionalizado a 70%, a administração continua a propor prémios de gestão milionários. Também lá, os lucros são privados e os prejuízos públicos.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR-ADJUNTO



ID: 23785762

11-02-2009

Rui Pedras admite que plano de Cadilhe “difícilmente” teria vingado

O GESTOR, convidado por Miguel Cadilhe para a administração do BPN, afirmou que seria “praticamente impossível” o banco gerar resultados que absorvessem as perdas existentes.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgpps.com

Rui Pedras, administrador do Banco Português de Negócios, admitiu ontem que o plano apresentado por Miguel Cadilhe para recuperar o banco “difícilmente” teria vingado. Isto porque, seria “praticamente impossível” o BPN gerar resultados que absorvessem as perdas, cujo montante já ascende a 1,8 mil milhões de euros. Daí que Rui Pedras considere, ao contrário do defendido por Cadilhe, que a nacionalização não terá custo acrescido para o contribuinte. “Recuperar o BPN era muito difícil, provavelmente até impossível. Há até quem defenda que se deveria ter deixado cair o banco”, afirmou Rui Pe-

dras na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN. O antigo membro do conselho directivo da CMVM, convidado por Cadilhe em Julho do ano passado para a administração do banco, frisou que a conjuntura de crise financeira precipitou o rumo dos acontecimentos. “Deseñámos o plano num ambiente francamente negativo. Estávamos a tentar resolver problemas um a um. E a questão da liquidez até estava a resolver-se”. No entanto, o gestor confessou também que “o caminho para o BPN era muito estreito”, devido aos muitos “desafios e riscos”. “Com base na informação disponível hoje, posso afirmar que a tarefa de viabilizar o banco era muito difícil, provavelmente impossível.



Rui Pedras
Administrador
do BPN

“O banco não teria sido capaz de gerar riqueza com esse plano para pagar dívida ao Estado e remunerar convenientemente os accionistas.”

Seria muito difícil o banco conseguir gerar resultados que absorvessem as perdas contabilizadas até agora”. O gestor chegou inclusive a apelar a situação no BPN de “mega fraude” e a quantificar a sua dimensão como “inferior” ao caso Madoff, tendo em conta o impacto nas respectivas economias. No entanto, alertou que “alguém terá de pagar” a factura das imparidades. Questionado sobre qual das opções – nacionalização ou plano de Miguel Cadilhe – é mais cara para os contribuintes, Rui Pedras respondeu que as duas soluções teriam o mesmo custo. “Imaginando que o plano avançava e não havia nacionalização, tudo corria bem e os contribuintes não teriam custos.

Mas esse correr bem significaria que actualmente, estaríamos na mesma situação. O banco não teria sido capaz de gerar riqueza com esse plano para pagar dívida ao Estado e remunerar convenientemente os accionistas”, justificou. Na audição, Rui Pedras afastou o cenário de crispação na relação com o Banco de Portugal, utilizando uma metáfora para descrever a comunicação da equipa liderada por Cadilhe com o supervisor: “Fizemos um ‘strip-tease’”. (...) Demos tudo o que tínhamos. Todas as informações encontradas eram transmitidas ao BdP”.

Operações no Insular disponíveis para consulta
Os registos das operações do Insular ainda estão dis-

poníveis para consulta, revelou Emanuel Peixoto, sub-director de operações do BPN desde 2006, também ouvido ontem. Daí que a expressão “balcão virtual” seja mais uma vez rejeitada. Por sua vez, Rui Pedras desvalorizou o Insular, referindo que representa “menos de um terço dos problemas encontrados no BPN”. Hoje a comissão ouviu José Vaz Mascarenhas, presidente do Insular, e Piriquito Costa, da equipa de Cadilhe. Os deputados vão deliberar sobre o eventual recurso a tribunal para levantamento do sigilo profissional, no âmbito da recusa do BdP e do BPN em enviar documentos pedidos pela comissão. ■



Administrador culpa auditores e ROC na fraude do BPN

Ana Brito

● O administrador do BPN Rui Pedras, que transitou da administração de Miguel Cadilhe para a actual administração de Francisco Bandeira, disse ontem na comissão de inquérito à nacionalização do banco que várias entidades, entre elas auditores e revisores oficiais de contas (ROC), falharam na detecção da "megafraude" do BPN.

Pedras defendeu que "o sistema de supervisão não é só o Banco de Portugal (BdP)" e apontou o dedo aos accionistas e aos membros dos órgãos sociais do BPN e SLN. "Há aqui um conjunto de entidades que não viram esta megafraude, penso que não devemos deixar passar isto em claro, principalmente ao nível dos ROC e auditores", disse.

Afirmando que "o BPN é um caso de polícia", Rui Pedras referiu que

ao assumir funções no banco verificou existir "um ambiente propício" à prática de ilegalidades e deu como exemplo o "clima de confiança" entre auditores e ROC na informação prestada pela administração do banco. "Estas entidades existem não para confiar, mas para desconfiar dos órgãos de gestão", sustentou.

Questionado sobre a actuação do BdP, Rui Pedras disse que "hoje é fácil dizer" que o supervisor deveria ter intervindo mais cedo. Mas admitiu que o facto de o BdP não ter agido em Junho de 2008, quando o ex-presidente do banco Abdoool Wakil confessou a relação entre o BPN e o Insular, lhe suscita "dúvidas". "Não é razoável uma administração confessar uma coisa daquelas e ficar tudo na mesma", afirmou, para dizer que "a única explicação" que encontra é a de que o BdP confiou que a administração de Cadilhe (que estava para iniciar fun-

ções) seria capaz de resolver o problema sem "alarme público".

Sobre o plano de recuperação de Cadilhe, Pedras afirmou que, com a informação hoje existente, "seria uma tarefa difícil, quase impossível", que o banco "gerasse resultados capazes de absorver perdas de quase um por cento do PIB [até ao momento foram detectadas imparidades de 1,8 mil milhões de euros]". Mas lembrou que as perdas identificadas na ocasião eram de 700 milhões e que, apesar de a equipa de Cadilhe ter noção dos "riscos que tinha pela frente", estava disposta a assumi-los.

1,8
O buraco financeiro identificado pela nova gestão no BPN até ao momento é de 1,8 mil milhões de euros

Até porque entre Junho e Setembro, quando faliu o Lehman Brothers, "as questões de liquidez pareciam estar a resolver-se".

Rui Pedras esclareceu que o número de pessoas que faziam operações no Insular contava-se "pelos dedos de duas mãos". O antigo assessor de Oliveira e Costa, António José Duarte, garantiu na semana passada aos deputados que a existência do banco cabo-verdiano "era do conhecimento soberano e não restrito", mas Rui Pedras defendeu ontem que a capacidade de realizar operações entre o BPN e o Insular "não era tão generalizada assim".

Os deputados também ouviram ontem um ex-técnico de sistemas informáticos do BPN que ajudou a criar a base de dados do Insular e que garantiu que todos os movimentos realizados desde 2002 estão disponíveis para consulta interna e externa.



Banco de Portugal devia ter sido mais duro com BPN

Caso BPN. Comissão de inquérito adiou votação sobre levantamento de sigilo

O administrador do BPN Rui Pedras defendeu ontem que o Banco de Portugal (BdP) deveria ter nomeado um administrador para o banco quando a 2 de Junho de 2008, a administração de Abdool Vakil admitiu que tinha um banco, o Insular, cujas contas eram confusas.

Questionado na comissão de inquérito parlamentar sobre a nacionalização do BPN sobre a actuação do supervisor, Rui Pedras (que entrou para administrador do BPN com Miguel Cadilhe) respondeu que a actuação do BdP deveria ter sido mais dura. "Há um momento, quando [o BdP] recebeu uma carta da administração da SLN, a 2 de Junho de 2008, a reconhecer que tinham um banco que era do grupo, com coisa pouca de 600 milhões de activos e passivos. E a SLN diz nessa altura que não faz ideia de que como estão contabilizados [esses valores]", contou Rui Pedras.

"A administração confessa uma coisa grave como esta e aqui não sei se o BdP não deveria ter actuado de

forma mais dura, nomeando um administrador para o Banco BPN", disse o administrador.

Numa audição também realizada ontem, Emanuel Peixoto, quadro do BPN que desenvolveu o sistema informático do Banco Insular de Cabo Verde, garantiu que todos os fluxos financeiros entre os dois bancos estão registados nas bases de dados, com identificação de quem as fez.

"Todos os registos [entre o BPN e o Banco Insular] desde 2002 estiveram e estão disponíveis", disse Emanuel Peixoto, que de 1999 a 2006 trabalhou na área de desenvolvimento de sistemas do BPN.

A comissão de inquérito parlamentar adiou, entretanto, para a próxima quarta-feira a votação sobre um eventual recurso aos tribunais para levantamento do sigilo profissional e bancário.

Na semana passada, e face à segunda recusa de entidades como o Banco de Portugal e do próprio BPN de entregar documentação solicitada pelos deputados, a comissão tinha agendado para hoje a discussão e votação sobre um eventual pedido aos tribunais do levantamento do sigilo bancário. ■ - LUSA



BPN

Gestor critica a supervisão

➔ O actual administrador do BPN, Rui Pedras, que esteve também na administração liderada por Miguel Cadilhe, lançou críticas a todos os agentes de supervisão, que vão desde o Banco de Portugal aos acionistas, passando pelos revisores oficiais de contas.

“Todos estas pessoas não viram nada ou por não derem sinais do que se passava no BPN”, salientou Rui Pedras aos deputados da comissão parlamentar de inquérito, ao reforçar que “não pode ficar

Administrador considera a situação vivida no BPN é uma “mega-fraude e um caso de polícia”

em claro uma mega-fraude e um caso de polícia, que atinge 1,8 milhões de euros”.

Os revisores oficiais de contas foram particularmente criticados por Rui Pedras, por terem “con-

fiado” em “projectos de actas, quando deveriam ter desconfiado por não haver actas do conselho de administração desde 2005”.

As críticas incluíram Vítor Constâncio, embora tenha admitido ser “mais fácil avaliar a situação agora”. Rui Pedras defendeu que o Banco de Portugal deveria ter actuado, pelo menos, em Junho de 2008, quando recebeu uma carta da administração da SLN, proprietária do BPN, a reconhecer a descoberta de um ban-

co do grupo com 600 milhões de euros de activos. Era o Banco Insular, de Cabo Verde, uma das plataformas por onde passavam as transferências para “off shores”.

Desses movimentos financeiros falou-se também a seguir, na comissão, quando foi ouvido Emanuel Peixoto, um quadro do BPN, responsável por, em 2002, como revelou, ter desenvolvido o sistema informático para o Banco Insular. Por isso, o técnico explicou ter conhecimento de que “todos movimentos de e para o Banco Insular estão registados com identificação de quem os fez”. Quanto às aplicações, disse reconhecer quem tinha acesso, além da sua equipa. ANA PAULA CORREIA



BPN

Ambiente era muito propício à fraude

Administrador do banco, Rui Pedras, **dúvida que plano de Cadilhe fosse mais caro** e diz que toda a supervisão falhou

POR: JOÃO ANDRADE COSTA
com Jornal de Negócios

O administrador do BPN, Rui Pedras, referiu ontem na Assembleia da República que a nacionalização do banco ou o plano de Miguel Cadilhe custariam o mesmo e que “alguém vai ter de pagar” as imparidades de 1,8 mil milhões de euros.

Sem papas na língua, Rui Pedras considerou perante a comissão de inquérito ao caso BPN que o banco foi alvo de

SLN, accionistas e outros órgãos falharam no BPN, diz responsável

uma “megafraude” e por isso que se trata sobretudo de um “caso de polícia”. O responsável adiantou ainda que o “sistema de supervisão da SLN falhou”, bem como o papel dos “accionistas e outros órgãos, como o conselho de administração”.

Auditoria. O administrador do BPN, que iniciou funções quando Miguel Cadilhe era presidente, atacou outras entidades do banco que não des-



EMISSÃO DE ALERTA SEM PAPAS NA LÍNGUA

• Buraco

Pedras diz que alguém terá de pagar as imparidades

1,8%

mil milhões de euros é o valor das imparidades encontradas até ao momento no BPN.

cobriram a fraude, nomeadamente os auditores, acrescentando que o ambiente na instituição era muito propício para que se cometessem aquele tipo de fraudes.

Rui Pedras disse à comissão de inquérito que quando a administração presidida por Miguel Cadilhe tomou posse havia um clima de suspeição enorme no grupo e que por isso os responsáveis tomaram por princípio a tolerância zero relativamente a práticas menos transparentes.

De acordo com aquele responsável, quando se desconfiava de uma área, os registos ou capital eram retirado para *off-shores*.

Mesmo preço. Questionado sobre qual das opções, nacionalização ou plano de Cadilhe, sairia mais cara, Rui Pedras respondeu que custariam os dois o mesmo.

“Imagine que o plano ia para a frente e não havia nacionalização e tudo corria bem e os contribuintes não teriam custo. Mas esse correr bem o que significaria? O banco teria sido capaz de gerar riqueza com esse plano para pagar dívida ao estado e remunerar convenientemente os accionistas”, disse Pedras.



Caso BPN

Comissão decide pedido de levantamento de sigilo

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN deverá decidir hoje, durante a tarde, se vai pedir o levantamento do sigilo bancário para obter a documentação que lhe tem sido negada.

A questão foi levantada na semana passada por vários deputados. Em causa está a recusa do Banco de Portugal, da actual administração do BPN e de empresas de auditoria em entregar documentação variada.

O argumento dado pelas várias entidades envolvidas no caso para a não entrega dos documentos é sigilo profissional ou bancário.